
Etnomídia Indígena e (Novas) Territorialidades: a comunicação alternativa na construção das territorialidades midiáticas¹

Vilso Junior SANTI²

Bryan Chrystian ARAÚJO³

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR.

Resumo: Buscamos, nesta pesquisa, discutir as definições de território e territorialidades e instituir relações com as práticas de etnomídia indígena, com particular destaque àquelas manejadas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR). Para tanto, discutimos primeiro as relações entre território, territorialidades (Raffestin, 1993; Santos, 1997) e comunicação (Zanetti, 2017) para, num segundo movimento, enfatizar as afinidades entre os processos de mediação e as territorialidades midiáticas (Sodré, 2002; Santi, 2016) e entre a comunicação alternativa e a Etnomídia Indígena (Peruzzo, 2006; Tupinambá, 2016). Por último evidenciamos que as territorialidades midiáticas e as formas de representação dos territórios indígenas, além de expressões simbólicas espacializadas no “bios midiático”, são o fundamento para a construção do que chamamos aqui de (novas) territorialidades midiáticas.

Palavras-chave: Etnomídia Indígena; Comunicação Alternativa; Mediação; Território; Territorialidades.

Introdução

Diante de um cenário marcado pela forte presença dos meios digitais de comunicação e informação, especialmente os computadores e a internet, assim como conflitos de representação inerentes do fazer midiático, buscamos, nesta pesquisa, discutir a definição de território e territorialidades e instituir relações com as práticas de etnomídia indígena, com particular destaque as manejadas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Para tanto, no que se refere as práticas de etnomidiáticas indígenas e sua vinculação ao conceito de territorialidade, utilizamos como aporte teórico-metodológico pelo menos duas perspectivas: a primeira reflete sobre as dinâmicas de comunicação contemporâneas na qual tanto os produtos comunicacionais quanto seus públicos caminham em direção aos processos de mediação; a segunda é pautada pela lógica das práticas de comunicação alternativa, que ressignificam e reposicionam o próprio espaço da produção midiática e a atuação de seus agentes (ARAÚJO e SANTI, 2019).

¹ Trabalho apresentado ao GP Geografias da Comunicação, DT 7 Comunicação, Espaço e Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor-Pesquisador do Curso de Comunicação Social – Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: vjrsanti@gmail.com.

³ Jornalista graduado pelo Curso de Comunicação Social – Jornalismo e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: bryancca@hotmail.com.

No que se refere às formas assumidas pelas práticas de etnomidiáticas indígenas, conjectura-se que seja possível identificar os modos de representação de territórios e a construção de territorialidades midiáticas, através da observação dos sentidos presentes no fazer midiático.

Frente a isso, tratamos, neste artigo, de apontar perspectivas de estudo com potencial de serem aplicados em investigações subsequentes sobre Etnomídia Indígena, aos moldes do que já ensaiaram Araújo e Santi (2019). Interessa-nos, desta maneira, sugerir enfoques que permitam fazer manifestar (para análise) as distintas características das territorialidades e suas relações com as práticas de Etnomídia Indígena e seus processos comunicacionais.

Sobre território e territorialidades

Esta seção traça um percurso teórico conceitual que busca compreender melhor as noções como território e territorialidade. Esses são conceitos que apresentam diferentes formas de abordagem ao longo do desenvolvimento do discurso das ciências. Porém, mesmo diante da diversidade, percebemos que alguns autores são essenciais para revisita-los, a exemplo de Raffestin (1993), Saquet (2009), Souza (2001), Santos (1997), Haesbaert (2004), Navarro (1998), Oliveira (2004) etc.

Claude Raffestin (1993) foi um dos pioneiros e principais teóricos clássicos a se debruçar sobre o debate territorial no campo da Geografia Humana. Ainda que possua uma análise de base mais econômica e política, o território em Raffestin (1993) pode ser estudado a partir das relações de poder intrínsecas à sociedade que nele se estabelece.

De acordo com Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, em outras palavras, o espaço é anterior ao território. Por esse ângulo, o autor afirma que o espaço existe na condição de “matéria-prima” natural, como algo já dado. Território seria então o resultado da ação social, concreta ou simbólica, em um determinado espaço.

Nessa concepção, supomos que o território é produzido por um conjunto de relações que os agentes e instituições sociais mantêm entre si e com a natureza. Por conseguinte, o território, segundo a concepção de Raffestin (1993), seria o produto inerente de uma relação social de apropriação (econômica, política ou cultural) de determinado espaço. Essa apropriação de que fala o autor é marcada por relações de poder, presentes em todas as dinâmicas sociais.

Ao debater o conceito de territorialidade, Raffestin (1993) pontua que ela deve ser compreendida como inerente a todos os âmbitos da vida cotidiana, sendo, portanto, uma prática multidimensional. Conforme o autor, territorialidade pode ser definida como o conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional de sociedade-espaço-tempo quando espacializadas de forma coletiva no território.

Marcos Saquet (2009) é outro autor a trabalhar com o conceito de território que para ele deve ser visto como o ambiente onde se desenvolvem os grupos sociais, seja em relação de permanência ou mudança. O território, nessa acepção, significa apropriação social de um ambiente.

Ainda conforme o autor, o território é produto da relação social natural, sendo apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais. O autor diz ser fundamental entender que, apesar de não serem o mesmo, espaço e território não estão separados. Nessa perspectiva, Saquet (2009, p. 83) esclarece que “[...] o espaço é indispensável para a apropriação e reprodução do território”.

Saquet (2009) afirma que a territorialidade representa o conjunto das complexas relações que os sujeitos vivem em seu cotidiano. O autor explica que as territorialidades se materializam no território, refletindo as dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais presentes no dia-a-dia dos sujeitos. Para Almeida (2019), Saquet não deixa muito clara a distinção entre território e territorialidade, afirmando somente que as relações sociais cotidianas constituem ambos os conceitos.

Por sua vez, para Souza (2001) os territórios são construídos por meio de escalas temporais, podendo ter um caráter permanente, ou uma existência cíclica e periódica (que varia com o tempo). Ele também aponta que as territorialidades podem ter um caráter móvel (que se desloca para diferentes espaços). Uma das contribuições mais relevantes do autor (2001) vem no sentido de afirmar a coexistência de diferentes territórios no mesmo espaço. Segundo o autor, as territorialidades, no plural, expressam as relações dinâmicas e flexíveis da sociedade com um determinado espaço.

Milton Santos (1997), por outro lado, fala sobre a concepção de território utilizado, ressaltando o uso num sentido de área de vivência e de reprodução. O autor expõe o território como o lugar onde todas as ações do homem se realizam a partir da manifestação de sua existência. Como diz o autor (1999, p. 8): “[...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

A territorialidade, nas palavras de Milton Santos (1997), não resulta apenas do fato de se viver em um espaço, mas sim da relação que com ele mantemos. Ele complementa e afirma que o território é mais que um conjunto de objetos concretos, sendo também um dado de valor simbólico sem o qual não se pode falar de territorialidade.

Zuniga Navarro (1998), por sua vez, estuda a questão territorial através da ótica do Movimento Indígena. Para o autor, nesse contexto, a territorialidade é expressa pelo menos em duas dimensões: a do espaço e a dos processos.

A primeira dimensão (do espaço) é expressa em uma demanda direta pelo uso dos recursos de um determinado território natural. A segunda dimensão se expressa, por um lado, na exigência de controle dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais (pelos quais se assegura a reprodução e continuidade material e cultural do grupo em questão) e, por outro lado, na exigência de que tais processos sejam regidos e realizados de acordo com as normas dos povos indígenas (ZUNIGA NAVARRO, 1998). Nesse sentido, a primeira dimensão (do espaço) considera o território como um sistema continente de recursos e elementos espaciais, tanto naturais como transformados. A segunda dimensão, por sua vez, considera o território como um espaço jurisdicional no contexto do qual está em vigor um conjunto de direitos coletivos, cujo titular é o povo indígena.

Importantes reflexões sobre os estudos territoriais são realizadas também por Rogério Haesbaert (2004) que, diferente dos outros pesquisadores, não propõe a discussão do conceito de território como ponto de partida de sua análise, mas trabalha o conceito de territorialização, entendido como relacionado as múltiplas formas de apropriação concreta e/ou simbólica do território, que interagem com os elementos econômicos, culturais, sociais e ecológicos. Nesse sentido, território, para o autor, diz respeito a poder, tanto em seu sentido de dominação quanto no seu sentido de apropriação (ZANETTI, 2017).

Trabalhando no processo de desterritorialização das sociedades, Haesbaert (2004) analisa o papel da identidade territorial diante da globalização, descrita por ele como um processo de desenraizamento e homogeneização.

A reivindicação de territórios tradicionais por populações indígenas pode ser um exemplo desse processo de desenraizamento do mundo global. Diante disso, o autor aponta que a identidade territorial dos grupos étnicos é construída através das

territorialidades, descritas por Raffestin (1993) como o reflexo das relações multidimensionais entre o social e o território.

Oliveira (2004) também se apropriou desses conceitos em sua análise etnológica dos grupos indígenas residentes no nordeste do Brasil, e, tomando como ponto de partida, para além desses pressupostos, as contribuições de Barth (1969) em seus estudos de fronteiras étnicas, destaca que a territorialização passa aí a envolver um processo de reorganização social que implica:

- 1) a criação de uma nova unidade sociocultural através do estabelecimento de uma identidade étnica distinta; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e a relação com o passado (OLIVEIRA, 2004, p. 55).

Como resultado, o processo de territorialização descrito pelo autor estaria associado ao movimento através do qual as comunidades indígenas, por exemplo, se tornam coletividade organizada, gerando identificação étnica, estabelecendo procedimentos de representação e (re)elaborando suas afinidades culturais, linguísticas e comunicacionais, bem como os laços históricos existentes entre os membros desta nova unidade (OLIVEIRA, 2004).

Isto posto, enfatizamos que, os conceitos de território (concreto e simbólico) e territorialidade (individuais e coletivas) aqui debatidos, trabalham um entendimento de território vinculado a definição de espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder (RAFFESTIN, 1993). Em síntese, isso significa dizer que além de ser estruturado de forma concreta – relacionável a posse de terra, por exemplo – o território também é estruturado por uma lógica simbólica, relacionada a ideia de pertencimento e apropriação (ZANETTI, 2017; SANTOS, 1997).

O território é, portanto, espaço ocupado por uma relação de poder. E, a territorialidade, diz respeito as relações que mantemos com o território, o que dele fazemos e a identidade que impingimos a ele.

Sobre comunicação e territorialidades

Posto alguns conceitos que nos aproximam das referências teóricas constituintes da questão de território e territorialidade, cabe ponderar sobre as possíveis relações entre estas definições e a ideia de comunicação. Conforme Reis e Zanetti (2017), debates sobre comunicação são recorrentes em diversos trabalhos que pensam as questões territoriais.

Esse debate está presente, por exemplo, na obra de Milton Santos (2006), ao abordar a comunicação e seus meios como sendo componentes fundamentais na organização do poder na atualidade. Para o geógrafo, os territórios se modificam a partir da dupla ação dos objetos técnicos, como os meios de comunicação, e dos sujeitos. Além disso, o autor destaca também a relevância histórica dos meios de comunicação no processo de construção simbólica das territorialidades e da compreensão que cada indivíduo tem dos territórios que habita (REIS e ZANETTI, 2017).

Raffestin (1993) é outro autor a trabalhar a relação entre comunicação e território. Para ele (1993, p. 203), “[...] um dos trunfos do poder na contemporaneidade é informacional, e a informática é um dos meios”. De acordo com Reis e Zanetti (2017), essa é uma perspectiva que revela o deslocamento do poder em direção aos meios de comunicação. Por esse ângulo, todas as redes e relações que interessam à comunicação são instrumentos de poder que podem determinar as estratégias de organização do território.

Como esclarece Raffestin (1993, p. 204):

Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade.

Para o autor André Jansson (2005) a relação entre comunicação e território se baseia, especialmente, na perspectiva de que todos os espaços são produzidos por meio das representações. A comunicação, nesse sentido, atua como prática que viabiliza a construção dessas representações, portanto, também das territorialidades.

Diante disso, os autores Assis e Carniello (2011) afirmam que a comunicação molda nossa percepção e determina o uso que fazemos do espaço, como criamos e interagimos com ele. Ainda segundo os autores, a territorialização se define no arranjo de suas características físicas, socioculturais e perceptuais de um determinado espaço. Ressaltamos, assim, o papel da comunicação na construção de representações e sentidos que temos sobre o mundo e os espaços.

Assis e Carniello (2011) ressaltam ainda que na sociedade contemporânea, marcada pela forte presença da mídia, a relação dos sujeitos com o território passa a ser, também, de forma indireta, já que este contato com diversos lugares se dá através das representações midiáticas. Os autores (2011) também explicam que a mídia opera, nesta

percepção, na construção de territorialidades reais ou simbólicas dentro de outros espaços.

Zanetti (2017), por sua vez, afirma que para compreender a perspectiva das territorialidades na comunicação, basta observar que este se constitui como um campo, assim como trabalha Bourdieu (1996), marcado por duas dimensões que estão, de certa forma, relacionadas.

A primeira dimensão, conforme a autora (2017), estaria relacionada ao modo como a comunicação midiática se vincula a um conjunto de agentes sociais (sujeitos, instituições e grupos) cujo capital social e cultural encontra-se sempre em disputa interna, atrelada a um mercado específico, que lhe imprime poder econômico. Em contrapartida, a segunda dimensão diz respeito ao entendimento de comunicação midiática como um bem simbólico que estrutura um poder cultural, pois atua com a força expressiva da imagem ao construir modos de representação.

Nesta acepção podemos compreender a relação das territorialidades para com a comunicação a partir de dois pontos: 1. A comunicação enquanto campo (espaço), dado que possibilita o surgimento de relações de poder (dominação e apropriação), assim como o desenvolvimento de relações sociais; 2. A comunicação enquanto ferramenta de poder, uma vez que possibilita a instituição de representações imagéticas que auxiliam na construção simbólica de territorialidades, assim como na percepção que os indivíduos têm do território (concreto ou simbólico) que habitam.

Diante disso, Zanetti (2017) questiona: se a territorialidade pressupõe um espaço ocupado socialmente (SAQUET, 2009), regido por relações de poder, a partir de estratégias de apropriação e/ou dominação (RAFFESTIN, 1993), como a comunicação midiática contribui para a conformação dos territórios e o estabelecimento de territorialidades? Ou, de outra forma, como a mídia (e seus produtos), é afetada pelas territorialidades contemporâneas, dependendo do contexto em que estão inseridos? São essas indagações que pretendemos responder nas próximas seções, a partir da observação das práticas etnomidiáticas levadas a cabo pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Entre processos de midiatização e territorialidades midiáticas

Considerando o aspecto relativo à observação das circunstâncias de produção das práticas de Etnomídia Indígena e sua vinculação ao conceito de territorialidade, empregamos como aporte teórico-metodológico, nesta seção, a observação dos elementos

que constituem os processos de midiaticização a fim de refletir às dinâmicas de comunicação contemporâneas, na qual tanto os produtos comunicacionais quanto seus públicos caminham em direção à lógica da mídia.

Como já demonstrado nas seções anteriores, os conceitos de território e territorialidade estão muito mais vinculados às relações de poder presente em todos os âmbitos sociais do que propriamente à delimitação de um espaço geográfico. Nesse âmbito, a comunicação midiática passa a ser compreendida como um espaço onde as territorialidades se desenvolvem, na medida que, conforme Zanetti (2017), institui conflitos e relações de poder (dominação e apropriação) entre agentes sociais, pressupondo, desta maneira, territórios que vão além do espaço físico (concreto).

Cabe ressaltar ainda que, como apontado antes, o território não é o espaço, mas uma produção a partir dele. Para Raffestin (1993), a produção do território se inscreve no campo de poder, e, portanto, produzir uma representação do espaço implicaria em uma apropriação do território – revelaria a imagem desejada de um território como um local de relações.

Nesse sentido, ao se apropriar de um espaço (de forma concreta ou mesmo abstrata), por meio de sua representação, os sujeitos territorializam este espaço (RAFFESTIN, 1993). Entendemos, portanto, que a Etnomídia Indígena também funciona como dispositivo capaz de estabelecer territorialidades através das representações que emprega ou pela conformação de sentidos territoriais que promove.

A Etnomídia Indígena funciona, assim, como prática resultante dos movimentos de apropriação midiática (mediaticização), utilizados tanto para atualizar as representações territoriais dos povos indígenas no tecido social, quanto para criar novas territorialidades no espaço midiático.

Muniz Sodré (2002) explica que a mediaticização pode ser entendida como um processo que ultrapassa a ideia instrumental dos meios de comunicação (mídias). Para o autor, o conceito representa antes uma nova forma de sociabilidade, uma nova forma de vida, onde as relações sociais passam a se virtualizar e caminhar em direção ao que o autor vem denominar de “bios midiático”.

O conceito apresentado por Sodré (2002) vem compreender a comunicação midiática como um espaço em constante processo de territorialização (HAESBAERT, 2002). O autor (2002) afirma ainda que a rede mundial de computadores foi uma das principais responsáveis pela excessiva inscrição de atores sociais no campo midiático.

Conforme ele (2002, p. 50-51) “[...] com a internet, mais do que encenação há verdadeira virtualização do mundo, com possibilidades de caos e acaso”.

Sodré (2002) explica ainda que a midiaticização corresponde a uma disposição de “telerrealização” das práticas relacionais dos atores sociais em consonância com as pautas patrocinadas pelas tecnologias digitais. A “telerrealização” de que fala Sodré (2002), diz respeito a virtualização do conjunto de relações sociais (políticas, econômicas e culturais) cotidianas que quando espacializadas de forma coletiva constituem outras territorialidades midiáticas.

Em outras palavras, a midiaticização é apontada pelo autor como um processo de inscrição das (novas) tecnologias digitais de comunicação e suas lógicas e processualidades, no interior do tecido social e na vida dos diversos atores individuais e coletivos dos campos sociais, permeando suas formas de organização territorial e funcionamento.

Podemos então entender a midiaticização enquanto processo constituído de etapas que não se excluem e podem coexistir. Santi (2016) elenca três ordens/tipos distintas de midiaticização (midiaticização de primeira, segunda e terceira ordem) e suas fases de inscrição na sociedade. Neste artigo, porém, nos limitaremos ao estudo da segunda e terceira ordem de Midiaticização, por entender que é somente nessas fases que a comunicação midiática começa a se estruturar enquanto campo (espaço), onde o desenvolvimento de territórios se torna possível.

Para Santi (2016), a segunda ordem de midiaticização, inscrita na chamada “Sociedade Midiaticizada”, é definida pela escritura dos agentes sociais no campo das tecnologias digitais, assim como pelas mudanças que essas tecnologias catalisam nesses campos. Os meios de comunicação aí não funcionam somente como transportadores dos sentidos, mas sim como modelo de organização e produção dos sentidos, assim como elemento fundamental na configuração simbólica das territorialidades humanas.

Já a terceira ordem de midiaticização, inscrita na chamada “Sociedade Hipermidiaticizada”, é marcada pelo estabelecimento de uma nova atmosfera social, um novo ecossistema, fora do qual não se é possível mais viver. Para Santi (2016), nessa fase de midiaticização, a mídia não é mais responsável por definir o real, ela se converte na própria realidade. Nessa ordem de midiaticização, o espaço midiático é entendido como o ambiente onde os grupos sociais se desenvolvem em uma constante relação de mudanças e permanências. A comunicação midiática, nessa ordem, passa a ser entendida, na

percepção de Saquet (2009), enquanto o território dos territórios, sendo apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais.

De modo resumido, Santi (2016) afirma que tomar a mediação como processo e conforme suas distintas ordens de problematização ajuda a emprestar contornos mais claros ao modelo de estudo das características da territorialidade das práticas midiáticas, na qual a mídia por meio de seus dispositivos estabelece novos modos de experimentar o mundo. E, logo, novas formas de conformação dos territórios e estabelecimento de territorialidades. O autor (2006, p. 121) explica ainda que a mediação é um processo complexo “[...] constituído e constitutivo de um conjunto de interações que agem sobre o cotidiano, alterando-o e criando valores”. Conforme Santi (2006, p. 121), “[...] tal processo é indicativo de transformações gerais que ocorrem nas sociedades e que constituem um domínio autônomo e próprio”.

É óbvio, no entanto, que não só a mídia (e seus produtos) opera no tecido social, como também este, atua sobre ela. Nesse sentido, como em nossas sociedades, muitas formas de produção assumem também a forma de mercadorias capitalistas, a mediação, enquanto processo, acaba tornando-se objeto do capital hegemônico. A comunicação midiática também se torna fruto dos conglomerados comunicacionais, que usurpam grande parte do espaço na mídia para empregar suas territorialidades contribuindo para o fortalecimento das diversas formas de opressão estabelecidas.

Como a grande mídia encontra-se sob domínio de indivíduos e instituições privilegiados, cabe às populações marginalizadas o dever de encontrar formas contra-hegemônicas e alternativas de apropriar-se do fazer midiático a fim de começar a negociar sentidos que atualizem suas territorialidades no mundo. Essas expressões alternativas surgem como formas de resistência frente às representações territoriais impostas.

Entre Comunicação Alternativa e Etnomídia Indígena

Tendo em conta o aspecto relativo à observação das circunstâncias de produção das práticas de Etnomídia Indígena e sua vinculação ao conceito de territorialidade, esta seção traça um percurso teórico conceitual a fim de compreender as apropriações das ferramentas da lógica midiática pelos agentes subalternos da sociedade, estratégia denominada por alguns autores como comunicação alternativa.

Essa utilização, cada vez mais frequente, atua como uma arma discursiva, e tem ressignificado e reposicionado o próprio espaço da produção midiática e a atuação de seus

agentes. Em função disso, a comunicação alternativa torna-se um conceito essencial para a compreensão dessas apropriações.

Objetivamos aqui compreender a Etnomídia Indígena como prática de comunicação alternativa, utilizada, primeiro, para negociar sentidos que atualizem as territorialidades indígenas no mundo; depois, como forma de resistência frente às representações territoriais impostas pelos grandes conglomerados de mídia; e, por último, para estabelecer parâmetros para a discussão das novas territorialidades no espaço midiático alternativo da Etnomídia Indígena .

Uma das autoras mais influentes na pesquisa da comunicação alternativa no Brasil, Cicilia Peruzzo (2006), identifica que, na contemporaneidade, o conceito tem sido usado para designar uma proposta diferente de comunicação. Uma que tenciona ser uma possibilidade como meio de apropriação das práticas midiáticas em oposição à mídia tradicional.

Para a autora, com o passar dos anos, o uso da palavra “alternativa” tornou-se complicado. Isso ocorre, conforme ela, devido ao grande número de produtos midiáticos a se intitular como meio de comunicação alternativa sem, todavia, possuírem compromisso com um fazer midiático contra-hegemônico.

No trajeto por uma única definição, Kucinski (1991) expõe que a comunicação alternativa é aquela que não está relacionada às políticas de opressão e domínio e que surge a partir da atuação de agentes marginalizados, como um desejo em busca de oportunidades políticas.

Para Peruzzo (2006) essa mídia desponta mediante organização das populações marginalizadas com a intenção de obter respostas às suas demandas relacionadas às carências sociais e econômicas. De forma sucinta, Peruzzo (2006, p. 04) define comunicação alternativa como: “[...] expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares”. Ainda de acordo com ela, essa comunicação “[...] possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista principal” (PERUZZO, 2006, p. 04).

Com base nas noções apresentadas por Peruzzo (2006), Kucinski (1991) e Kaplún (1985) entendemos a comunicação alternativa como um instrumento pelo qual os campos marginalizados podem externar suas representações e seus anseios na edificação de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, os meios de comunicação alternativa também contribuem para a conformação de territórios e territorialidades midiáticas. Basta pensar

no modo como a organização contra-hegemônica, proposta por essa forma alternativa de comunicação, leva em conta a criação de oportunidades políticas através da apropriação de territórios midiáticos.

Diante disso, ao ponderarmos sobre as práticas de Etnomídia Indígena, precisamos considerar também o papel da comunicação alternativa na construção dessas territorialidades midiáticas.

Renata Tupinambá (2016), cofundadora da Rádio Yandê⁴, deixa a relação entre comunicação alternativa, Etnomídia Indígena e territorialidades mais evidente. Conforme ela, em um cenário de violência e disputas por território, a apropriação das ferramentas de comunicação (especialmente as digitais), possibilitou aos nativos serem seus próprios interlocutores, permitindo que estes façam ouvir sua voz e defendam-se, provando com isso que a tradição e modernidade podem ser aliadas na preservação de suas culturas e povos.

A partir dessas considerações, a jornalista conceitua Etnomídia como “[...] uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno. Por isso o uso deste prefixo”, justifica (TUPINAMBÁ, 2016)⁵.

As ponderações Renata Tupinambá (2016) evidenciam as possibilidades de os povos indígenas buscarem seu protagonismo negado através dos meios de comunicação alternativos, processos estes que partem da apropriação e reapropriação das lógicas e ferramentas do campo midiático. A etnomídia surge, assim, como uma alternativa para a expressão da identidade étnica e autonomia política e social dos povos indígenas.

Nesse cenário, na busca por novos regimes de visibilidade, os povos indígenas se apropriam das ferramentas de mídia a fim de efetivar uma forma de comunicação alternativa capaz de construir e coletivizar sentidos que atualizem suas existências territoriais no mundo. Diante disso, as práticas de Etnomídia Indígena apresentam-se como mecanismo que pode garantir acesso a comunicação e ao território tradicional para

⁴ A Rádio Yandê é uma webrádio indígena brasileira produzida e veiculada exclusivamente por sujeitos comunicacionais indígenas. Com sede no Rio de Janeiro, a Yandê iniciou seu streaming no dia 11 de novembro de 2013 com o objetivo de difundir a cultura indígena através da ótica tradicional, mas agregando a velocidade e o alcance da internet. Disponível em <<https://radioyande.com/>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

⁵ Etnomídia, uma ferramenta para comunicação dos povos originários (BRASIL DE FATO, 2016). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

um grupo historicamente deslocado do contexto hegemônico da mídia convencional (OLIVEIRA, 2014).

Territorialidades midiáticas e formas de representação dos territórios

As tecnologias de comunicação, especialmente as digitais, passaram a ocupar um lugar essencial no atual modelo de sociabilidade, reconfigurando diversos setores da vida social, oferecendo diferentes possibilidades e alterando cenários econômicos, políticos e sociais nas sociedades globais.

Ainda que de forma distinta, os povos indígenas também têm sido parte desse processo de midiaticização na sociedade. Nos últimos anos, os nativos têm cada vez mais se apropriado das ferramentas das tecnologias de comunicação midiática, a fim de expandir suas territorialidades e sentidos sobre o mundo.

Conforme os autores Di Felice e Silva (2017), ao se apropriar das tecnologias midiáticas, uma comunidade indígena expande seus territórios – o estendendo para uma concepção que transcende o espaço físico e o conecta aos outros povos e outras conjunturas sociais e culturais. Essa apropriação, de acordo com os autores, cria um complexo ambiente que relaciona a natureza sociocultural e territorial dos nativos ao espaço tecno-midiático.

Esse processo revela uma nova circunstância territorial e comunicacional dos povos indígenas, relacionada à apropriação das tecnologias digitais e do uso de formas alternativas de comunicação que demonstram ser aliados fundamentais para a apropriação simbólica de territórios (conformação de representações e sentidos territoriais) e da construção das territorialidades midiáticas, além do desenvolvimento de novas formas de visibilidade para grupos historicamente deslocados do contexto da mídia convencional.

Diante disso, para melhor visualizarmos os elementos referentes ao conteúdo das práticas de Etnomídia Indígena em sua relação com as dinâmicas de apropriação da lógica midiática e construção de um processo alternativo de comunicação, analisaremos a experiência do Portal do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a fim de identificar os modos de representação dos territórios indígenas e a construção das territorialidades midiáticas.

Fundado em 1987 na Missão do Surumu, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), antes denominado de Conselho Indígena de Território de Roraima (CINTER), é uma organização autóctone da sociedade civil sem fins lucrativos, criada para atuar na defesa

dos direitos indígenas assegurados por Lei, no fortalecimento dos povos e na tomada de decisões políticas em busca de autonomia cultural e econômica.

Em Roraima, o CIR tem sido a principal frente de atuação do Movimento dos Povos Indígenas, organizando e mobilizando ações coletivas anverso a seus antagonistas sociais, assegurando a permanência de direitos das comunidades e indivíduos nativos e o pleito de novas reivindicações.

O portal do Conselho Indígena de Roraima (CIR) é um dos principais produtos midiáticos manejados pela organização. Mayra Silva (2016), indígena da etnia Wapichana e assessora de comunicação do CIR por dez anos, detalha em sua monografia de conclusão do Curso de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal de Roraima, que o domínio do portal foi registrado pela primeira vez no ano de 2002, mas só veio a ser efetivamente utilizado em 2012 com a criação de um novo projeto gráfico encabeçado pelo jornalista Jessé Souza.

Após isso, o portal foi então lançado no ano de 2013 em um evento chamado Intercâmbio Cultural, realizado na sede do CIR. O projeto passou ainda por novo projeto gráfico no ano de 2019, na tentativa de acompanhar as mudanças socioculturais e tecnológicas na contemporaneidade.

No site são divulgados materiais informativos em formato multimídia (textos, fotos, vídeos e áudios) acerca do cotidiano das 465 comunidades indígenas representadas pelo CIR em Roraima, assim como as atividades desenvolvidas pela organização nos âmbitos ambiental, territorial, jurídico e comunicacional.

No portal do CIR são divulgadas ainda as intervenções regionais e comunitárias, as formas de articulação e mobilização do movimento indígena à nível estadual e nacional, e também o material relacionado a saúde, educação, cultura e vivências das etnias nativas do estado. Conforme Silva (2016) o portal do CIR funciona, desta maneira, como um serviço de utilidade às comunidades indígenas de Roraima.

É importante lembrar aqui o que Raffestin (1993) falou sobre as representações enquanto formas de apropriação, no sentido de que ao representar o espaço, o sujeito social revela a imagem desejada de um território. Em outras palavras, o ato de representar o espaço já implica uma relação simbólica de poder com ele e, portanto, a configuração de um território.

Nessa situação, o conteúdo multimídia disponível no portal do CIR reflete os sentidos e referências simbólicas dos diferentes povos e etnias indígenas de Roraima,

funcionando como espelho criador de múltiplas imagens reveladoras do processo de (auto)representação que incide diretamente na forma como tais povos se apropriam simbolicamente e enxergam o próprio território (DI FELICE e SILVA, 2017). Além disso, essas expressões simbólicas espacializadas no “bios midiático” são o fundamento para a construção do que chamamos aqui territorialidades midiáticas.

Zanetti (2017) explica que isso ocorre devido ao fato de que os diferentes discursos territoriais dos povos indígenas presentes no portal do CIR não pressupõem apenas uma “narrativa”, mas envolvem, acima de tudo, a compreensão das vivências e da cosmologia característica dos povos nativos da região, assim como suas ações e a dimensão espaço-temporal na qual estes estão imersos.

Diante disso, na concepção de Di Felice e Silva (2017), a Etnomídia Indígena têm sido mais que um simples instrumento de comunicação, tornando-se vetor crucial na construção de representações e sentidos sobre territórios e territorialidades. Frente a isso, através de suas atividades, também o portal do CIR deixa clara a relação entre comunicação e território, não somente efetivando a construção simbólica das territorialidades nativas, como também moldando a percepção de que o indivíduo indígena possui do território que habita. Destaca-se assim o trabalho do portal na construção da percepção e sentidos que os sujeitos sociais acionam sobre o território.

Considerações iniciais

O presente relato interessou-se em indicar perspectivas teóricas a serem acionadas em investigações sobre as práticas de Etnomídia Indígena e sua relação com os conceitos de território e territorialidade, com particular interesse as práticas manejadas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Para tanto, em um primeiro momento buscamos, através do conceito de Mídiação, compreender a Etnomídia enquanto processo de apropriação midiática utilizada tanto para atualizar as representações territoriais dos povos indígenas no tecido social, quanto para criar novas territorialidades no espaço midiático.

Depois, em um segundo movimento, relacionado ao conceito de Comunicação Alternativa, procuramos perceber a Etnomídia como forma de resistência frente às representações territoriais impostas pelos grandes conglomerados de mídia, sendo utilizada ainda para estabelecer novas territorialidades no espaço midiático.

Por último, colocamos os conceitos apontados acima em evidencia e constatamos que, na prática, o portal do CIR deixa clara a relação entre comunicação e território, não somente efetivando a construção simbólica das territorialidades nativas, mas também moldando a percepção que os indivíduos possuem do território que habitam, além de funcionar como espaço midiático que expande as territorialidades nativas para além do lugar físico.

Apesar de representarem enfoques que permitem manifestar as relações entre os conceitos de território, territorialidades, comunicação, midiatização e Etnomídia Indígena, o estudo não esgota, e não pretende esgotar, as possibilidades de investigação que essas relações despertam, sendo possível, ir além das perspectivas acionadas. Nesse sentido, o que fica de mais importante é a necessidade de se pensar estruturas teóricas híbridas capazes de problematizar a comunicação na contemporaneidade e sua vinculação a outras áreas de conhecimento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Simão Farias. **A Pesquisa de Territorialidades Ambientais em Estudos Pós-Coloniais do Jornalismo na Amazônia**. Revista de Estudos Universitários-REU, v. 45, n. 2, 2019.

ARAÚJO, Bryan & SANTI, Vilso. **Comunicar para mobilizar**: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, junho.2019

BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries**: The Social Organization of Culture Difference. Bergen/Oslo: Universitetsforlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas).

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território e territorialidade**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2009

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 5, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2006.

HAESBAERT, R. **O Mito da Dessertorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, J. P. de (Org.) **A Viagem da Volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2004.

OLIVEIRA, Cristina Nascimento. **Comunicar mais para ser mais: O Etnodesenvolvimento como uma perspectiva para o Etnojornalismo**. Revista do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA, -V 1,N.3: Editora UFRR; Outubro, 2014.

ZUÑIGA NAVARRO, Gerardo. **Los procesos de constitución de Territorios Indígenas en América Latina**. 1998.

ZANETTI, DANIELA. **Territorialidades no campo do audiovisual**. Zanetti, D. & Reis, R.(orgs.). Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias, p. 35-47, 2017.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. **Comunicação e Territorialidades: em torno do poder e da cultura**. REIS, Ruth, ZANETTI, Daniela. Comunicação e territorialidades: poder, cultura e mídia. Vitória: EDUFES, 2017.

JANSSON, André. **For a geography of communication**. In: Kulturstudier i Sverige. Nationell forskarkonferens. Linköping University Electronic Press, 2005. p. 491-506.

DE ASSIS, Francisco; CARNIELLO, Monica Franchi. **Geografias da comunicação: Espaços reflexivos no território latino-americano**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, n. 12, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Muniz. **O ethos midiaticizado**. In: Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTI, Vilso. **Mediação e Mdiatização: Conexões e desconexões na análise comunicacional**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação. 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

DI FELICE, Massimo; DA SILVA PEREIRA, Eliete. **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação**. Paulus, 2017.

TUPINAMBÁ, Renata. **Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários**. Brasil de Fato, Niterói, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>>. Acesso em: 13 fevereiro de 2019.

SILVA, Mayra. **Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2016.